

Cláudia da Silva Amaral Santos — autorizada a celebração de contrato administrativo de provimento como equiparada a professora-adjunta, em regime de tempo parcial com 30%, além do quadro, por urgente conveniência de serviço, pelo período de um ano, com início em 1 de Outubro de 2005 e termo em 30 de Setembro de 2006.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Outubro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Fátima Pinho*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aviso n.º 10 824/2005 (2.ª série). — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do vice-reitor, Prof. Doutor António Manuel de Oliveira Gomes Martins, de 20 de Outubro de 2005, proferido por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005), se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico profissional de 1.ª classe do quadro dos Serviços da Estrutura Central — Administração da Universidade de Coimbra, previsto na Portaria n.º 750/88, de 19 de Novembro, alterada pelas deliberações n.ºs 85/2003, de 5 de Junho, e 91/2003, de 7 de Julho, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 16 de Agosto de 2003, e 32/2005, de 2 de Maio, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 16 de Agosto de 2005, e pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

1 — De acordo com o determinado pelo despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

2 — Validade do concurso — o presente concurso é válido para a vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

3 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se nos Serviços da Estrutura Central — Administração da Universidade de Coimbra.

4 — Remuneração e regalias sociais — a remuneração mensal é a correspondente à categoria posta a concurso, constante da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

5 — Conteúdo funcional — funções de execução técnica das directivas nas áreas de gestão, recursos humanos, administrativa, contabilidade, secretariado e relações públicas.

6 — São condições de admissão ao concurso:

- Satisfazer as condições exigidas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Encontrar-se nas condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

7 — Métodos de selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

7.1 — Na avaliação curricular ponderar-se-ão os seguintes factores:

- Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- Formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com a área funcional do lugar posto a concurso, sendo apreciados os cursos de formação;
- Experiência profissional, onde se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, sendo avaliada, designadamente, pela sua natureza e duração;
- Classificação de serviço, na sua expressão quantitativa, convertida na escala de 0 a 20.

7.2 — A entrevista profissional de selecção visará determinar e avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos e assentará na apreciação dos seguintes factores:

- Capacidade de expressão e fluência verbal;
- Motivação e interesse;
- Qualidade da experiência profissional;
- Interesse pela valorização e actualização profissional.

8 — Na classificação final dos candidatos adoptar-se-á a escala de 0 a 20 e a mesma classificação resultará da média ponderada das classificações obtidas nas fases de selecção realizadas.

9 — As listas de admissão e de classificação final serão afixadas nos Serviços da Estrutura Central — Administração da Universidade de Coimbra.

10 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado para o Centro de Atendimento da Administração da Universidade de Coimbra, Palácio dos Grilos, Rua da Ilha, 3000 Coimbra.

11 — Os candidatos ao concurso devem, no prazo fixado no n.º 1, fazer acompanhar o requerimento dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae*, datado e assinado pelo candidato;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documento comprovativo da classificação de serviço dos últimos três anos;
- Declaração, passada e autenticada pelos serviços a que se encontra afecto, donde constem, de maneira inequívoca, a existência e a natureza do vínculo à função pública e o registo de antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Declaração, passada e autenticada pelo dirigente da hierarquia de que depende o candidato, donde conste o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
- Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos das acções de formação profissional complementar e dos respectivos tempos de duração;
- Documentos, autênticos ou autenticados, comprovativos dos elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal.

12 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

13 — É dispensada aos funcionários da Universidade de Coimbra a apresentação dos documentos mencionados nas alíneas b), c) e f) do n.º 11, desde que constem do respectivo processo individual.

14 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

15 — De acordo com o mesmo despacho, o júri terá a seguinte constituição:

Presidente — Licenciada Maria Alzira Custódio Vaz, chefe da Divisão de Recursos Humanos dos Serviços da Estrutura Central da Universidade de Coimbra.

Vogais efectivos:

Clotilde Maria Ferraz Simões Santos Silva, chefe de secção dos Serviços da Estrutura Central da Universidade de Coimbra.

Luís Filipe Serra Matias, chefe de secção dos Serviços da Estrutura Central da Universidade de Coimbra.

Vogais suplentes:

Clementina Alves Martins Fernandes Garrote, chefe de secção dos Serviços da Estrutura Central da Universidade de Coimbra.

Maria Luísa Leston Ferreira Uria Albuquerque, chefe de serviços da Estrutura Central da Universidade de Coimbra.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo vogal efectivo indicado em primeiro lugar.

11 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

Despacho n.º 24 537/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade de Coimbra, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri do concurso para provimento de uma vaga de professor catedrático do 4.º grupo (Ciências Jurídicas) da Faculdade de Direito desta Universidade, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 6 de Junho de 2005:

Presidente — Vice-reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Doutor António José Avelãs Nunes, por delegação de competências, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 101, de 2 de Maio de 2003.

Vogais:

Doutor Luís Arroyo Zapatero, professor catedrático da Universidade de Castilla-La Mancha.

Doutor Jorge Leite Areias Ribeiro de Faria, professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Doutor Manuel Carlos Lopes Porto, professor catedrático aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor Jorge de Figueiredo Dias, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor Diogo José Paredes Leite de Campos, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor Manuel da Costa Andrade, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Doutor José Francisco de Faria Costa, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

(Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Novembro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Serviços Administrativos

Despacho (extracto) n.º 24 538/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 17 de Setembro de 2005:

Licenciado João Carlos Gromicho Bila e Nasi Pereira, professor auxiliar convidado a 100 % — renovado o contrato como professor auxiliar convidado a 100 %, pelo período de um ano, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a 15 de Setembro de 2005.

Licenciado Pedro José Alves Portugal Andrade, professor auxiliar convidado a 100 % — renovado o contrato como professor auxiliar convidado a 100 %, pelo período de cinco anos, por conveniência urgente de serviço, com efeitos a 15 de Setembro de 2005.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Outubro de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 24 539/2005 (2.ª série). — Por despachos do reitor da Universidade de Évora de 11 de Outubro de 2005:

Doutora Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde, assistente — admitida como professora auxiliar provisória, através de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, pelo período de cinco anos, com efeitos a 15 de Julho de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data.

Doutora Maria Odete Santos Jubilado, assistente — admitida como professora auxiliar provisória, através de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, pelo período de cinco anos, com efeitos a 5 de Julho de 2005, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Outubro de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Despacho (extracto) n.º 24 540/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade de Évora de 8 de Agosto de 2005:

Mestre Ana Isabel Carvalho da Cruz Ferreira Matos — admitida como assistente, através de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, pelo período de seis anos, com efeitos a 1 de Outubro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Outubro de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

Rectificação n.º 1957/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 22 723/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 3 de Novembro de 2005, a p. 15 457, rectifica-se que onde se lê «Doutor João Manuel Pereira Ramalho Serrano, professor auxiliar desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período de 14 a 18 de Setembro de 2005» deve ler-se «Doutor João Manuel Pereira Ramalho Serrano, professor auxi-

liar desta Universidade — concedida equiparação a bolsheiro fora do País, no período de 21 a 23 de Setembro de 2005».

14 de Novembro de 2005. — O Director, *José Fernando Pereira Biléu Ventura*.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais

Despacho (extracto) n.º 24 541/2005 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Setembro de 2005 do vice-reitor da Universidade de Lisboa, proferido por delegação:

Licenciado David Gonçalves Mota — celebrado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 125/99, de 20 de Abril, contrato de trabalho a termo certo, pelo período de um ano, em regime de tempo integral, renovável até ao limite de cinco anos, o qual começa a vigorar a partir de 12 de Setembro de 2005, para desempenhar funções de índole técnico-científica, correspondente à categoria de técnico superior de 2.ª classe. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Novembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Eduarda Cruzeiro*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 24 542/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Junho de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor Sérgio Luís Gonçalves Mendonça — contratado por conveniência urgente de serviço como professor auxiliar convidado, além do quadro, do Departamento de Física, da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2005, e pelo período de um ano. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho.

Baseado no parecer favorável emitido pelos professores António Manuel Pais Pereira Leite, José Luís Campos de Oliveira Santos e Manuel Joaquim Bastos Marques, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, e na análise do *curriculum vitae* do candidato, o conselho científico da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto considera que o Doutor Sérgio Luís Gonçalves de Mendonça reúne todas as condições para o exercício do cargo de professor auxiliar convidado, a 100 %, tendo aprovado, por maioria absoluta, a correspondente proposta pelo período de um ano, para prestar serviço no Departamento de Física desta Faculdade.

5 de Maio de 2005. — O Presidente do Conselho Científico, *Baltazar Manuel Romão de Castro*.

14 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 24 543/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Maria Eugénia Diaz Tena — denunciado o contrato como leitora além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a partir de 29 de Janeiro de 2006. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Novembro de 2005. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 24 544/2005 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Licenciada Anette Kind — denunciado o contrato como leitora além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos